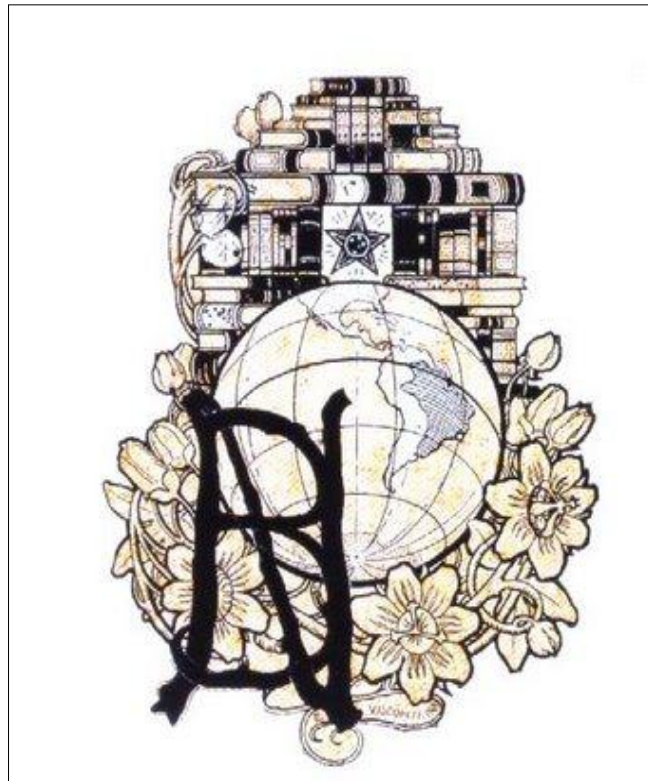


# Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2014

# Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



**Ana Cláudia Theme da Silveira Soares**

**Um porta-voz disputado: Barbosa Lima Sobrinho e a memória da ditadura militar nas páginas do Jornal do Brasil**

**2014**

## **Resumo**

Na história brasileira do século XX, o nome de Barbosa Lima Sobrinho é inscrito como sinônimo de dignidade e credibilidade. Em sua vasta obra intelectual, destacam-se os artigos semanais de opinião publicados no *Jornal do Brasil* desde 1927 até o ano de sua morte, em 2000. Esta pesquisa se propõe a estudar a produção jornalística de Sobrinho durante a ditadura militar, em diálogo com as cartas a ele dirigidas por pessoas e organizações de diferentes segmentos da sociedade brasileira. São analisados os artigos de Barbosa Lima Sobrinho no *Jornal do Brasil* entre 1964 e 1985 (coleção do acervo da Biblioteca Nacional), bem como sua correspondência pessoal no mesmo período (arquivo sob a guarda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

**Palavras-chave:** Barbosa Lima Sobrinho; *Jornal do Brasil*; ditadura militar brasileira.

## **Abstract**

Barbosa Lima Sobrinho has his name registered as a synonym for dignity and credibility in the 20th century Brazilian history. Among his extensive intellectual production some works should be highlighted such as his weekly opinion articles published in *Jornal do Brasil* from 1927 to his death in 2000. The purpose of this research is to investigate Sobrinho's journalistic writings during the military dictatorship period (1964/1985) also considering the letters sent to him by different people and organizations. Therefore this study analyses his articles in *Jornal do Brasil* (Biblioteca Nacional's collection) and his personal correspondence as well (Rio de Janeiro State University's archives).

**Key Words:** Barbosa Lima Sobrinho; *Jornal do Brasil*; Brazilian military dictatorship

## **Em jogo, a escrita da história**

Na primeira década dos anos 2000, a sociedade brasileira acompanhou com grande interesse a implementação de um conjunto de medidas governamentais destinadas a promover o acesso aos arquivos de órgãos públicos responsáveis pela documentação relacionada à ditadura militar. Vinte anos após a redemocratização, uma cronologia de ações políticas estabeleceu marcos de um período pontuado por buscas de informação, revelações e silêncios, que se estende até os dias de hoje:

- 2005 - transferência para o Arquivo Nacional dos documentos produzidos e recebidos pelos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI) e Conselho de Segurança Nacional, até então sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).
- 2009 – criação, no âmbito da Casa Civil, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas/Arquivo Nacional.
- 2011 – sanção da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), para a regulamentação do direito constitucional dos cidadãos de requerer acesso aos arquivos públicos.
- 2012 – instituição da Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de apurar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.<sup>1</sup>

O país dava, assim, passos decisivos de uma árdua e ainda inacabada jornada rumo ao seu passado recente, mergulhando em intensos debates sobre o direito à verdade e à memória desse período da história do Brasil. O cinquentenário do golpe civil-militar, em 2014, reavivou ainda mais as discussões e ensejou uma expressiva produção bibliográfica dedicada a analisar múltiplos aspectos dos acontecimentos e dos personagens que deles participaram.

É em tal contexto que se insere essa pesquisa, no momento em que a sociedade brasileira do século XXI volta-se para as reflexões acerca de sua identidade, das formas pelas quais os diferentes grupos sociais - entre eles, a imprensa - participaram da dinâmica política ao longo dos 21 anos de ditadura e dos trajetos empreendidos durante o processo de consolidação democrática.

O objetivo principal é estudar os diversos aspectos da produção intelectual de Barbosa Lima Sobrinho durante a vigência do regime militar (1964/1985), especificamente por meio de sua expressão nos artigos publicados no Jornal do Brasil (JB), à luz de sua correspondência pessoal do mesmo período. Buscou-se investigar

---

<sup>1</sup> Através da lei [12.528/11](#), foi criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos no período entre 1946 e 1988. O relatório final da Comissão foi divulgado em 10/12/14. Conferir [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br)

uma possível repercussão, na escrita do jornalista, de cartas e mensagens enviadas por uma diversificada gama de remetentes, empenhados em obter o apoio de um porta-voz do quilate de Barbosa Lima Sobrinho.

Será que tais autores foram capazes de, em alguma medida, mobilizar a atenção de Sobrinho com cartas, telegramas e bilhetes, a ponto de suas questões figurarem nos artigos de opinião do JB - sendo bem-sucedidos, portanto, em pautar a agenda temática do jornalista?

A pesquisa procurou lançar novos olhares sobre um período fundamental da história contemporânea brasileira que, ainda hoje, passados 30 anos do restabelecimento democrático, guarda zonas de sombra. Além de construir uma leitura (entre as várias possíveis) dos artigos veiculados no periódico carioca, em articulação com a correspondência pessoal de Sobrinho, visando a compreender esses relatos como inseridos em uma rede de relações históricas.

A metodologia adotada empregou uma perspectiva dialógica para realizar um estudo que se enriquece com a inédita confluência entre dois arquivos: os artigos de Barbosa Lima Sobrinho publicados no Jornal do Brasil - coleção integrante do acervo da Biblioteca Nacional - e a correspondência pessoal do jornalista, digitalizada pelo Arquivo Nacional e cuja guarda pertence à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Inicialmente foram realizadas avaliações quantitativas e qualitativas dos acervos, considerados sob o mesmo recorte temporal: o período entre os anos de 1964 e 1985. Numa etapa posterior, a elaboração de bancos de dados permitiu a análise textual comparada entre os arquivos com o propósito de observar suas principais características, tais como as temáticas, os interlocutores, eventuais disputas e correlações de força, estudadas sob a perspectiva do contexto político da época.

Por isso, um dos recursos analíticos utilizados foi a observação quanto ao lugar social de quem escreve, ou seja, a posição ocupada por Barbosa Lima Sobrinho e por seus missivistas naquele momento, nos campos intelectual e político do país. Afinal, tanto a imprensa quanto os autores das cartas contam “sua versão da História sem deixar de estar profundamente enraizada no cotidiano e nas histórias singulares” (DAUPHIN, LEBRUN-PEZERAT e POUBLAN, 2002).

Outra questão metodológica considerada neste trabalho diz respeito à crítica das fontes. Importa menos buscar reconstituir “a verdade dos fatos”, “aquilo que realmente ocorreu”, do que apreender, por meio dos artigos de Sobrinho e de sua correspondência, as formas pelas quais tais autores perceberam, vivenciaram e registraram os acontecimentos dos quais foram contemporâneos e que permearam a história política e social brasileira, repercutindo até os dias atuais.

Entre esses agentes históricos, a imprensa surge valorizada como fértil campo para leituras críticas e possibilidades de investigação, capazes de ampliar a compreensão sobre uma sociedade, em determinado momento de sua história.

### **A imprensa e a correspondência pessoal: fontes de conhecimento histórico**

Ao longo do século XX, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa suscitou inúmeros desdobramentos na vida social e política. Entre eles, John Thompson descreve o surgimento de um novo tipo de visibilidade (THOMPSON, 1999) e Richard Sennett aborda as consequências do processo histórico de diluição do equilíbrio delicado entre a dimensão pública e a dimensão privada, na vida em sociedade (SENNETT, 1998).

O desenvolvimento dos meios de comunicação reconstituiu as fronteiras entre a vida pública e a vida privada, ao introduzir novas formas de publicidade mediada. Antes, a publicidade dos indivíduos ou dos fatos estava relacionada ao compartilhamento de um lugar comum e era baseada na interação face a face, com seu caráter dialógico.

O advento da imprensa criou o público leitor - uma nova categoria deslocada no tempo e no espaço, pois não mais se define pelo compartilhamento simultâneo de um lugar comum, e sim pelo acesso à publicidade mediada pela palavra impressa. Um acontecimento não precisava mais ser presenciado para tornar-se público.

Ao longo da história, do desenvolvimento das formas de organização de poder na sociedade e dos meios de comunicação de massa, cada vez mais se estreitou a relação entre visibilidade e controle político, impondo novas práticas e necessidades tanto a quem vê como a quem é visto.

A busca de reconhecimento que acompanha a vida política encontrou, assim, um novo cenário, capaz de provocar transformações na natureza das relações de poder: a publicidade mediada, na qual a luta pela própria visibilidade - ou por forçar a invisibilidade de outros - assume grande importância, ao mesmo tempo em que expõe as contradições da política e da sociedade.

Ao atuar como produtores e enunciadorees de representações sobre o real, os meios de comunicação constituem-se em competidores, ao lado de outros agentes sociais, numa arena onde se disputa a produção do senso comum. Ou, nas palavras de Bourdieu, *o monopólio da nomeação legítima como imposição oficial - isto é, explícita e pública - da visão legítima do mundo social* (BOURDIEU, 1989). Trata-se de uma luta simbólica para influenciar as percepções coletivas acerca da realidade, do contexto político e histórico.

A imprensa age, simultaneamente, como esfera mediadora do debate público e como fonte de informação/produção de versões sobre a realidade. Papel que lhe garante lugar privilegiado entre os jogadores no tabuleiro político, consolidando-se como um complexo agente histórico, valorizado pela renovação historiográfica que desde a década de 1980 redimensionou sua relevância.

A imprensa passa então a ser abordada a partir de uma compreensão ampliada de sua participação nos acontecimentos. “Na perspectiva de um testemunho, à medida que enuncia expressões de protagonistas. E, também, como protagonista ela mesma (...), que intervém nos embates e episódios, não mero ‘reflexo’ de uma realidade já definida” (MOREL apud BARBOSA, 2010).

É nesse cenário competitivo que se situam os protagonistas da pesquisa: o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, autor de uma coluna política semanal no Jornal do Brasil durante mais de sete décadas, e um conjunto de pessoas e instituições que a ele se dirigiram em cartas, expressando demandas, angústias, opiniões e questões variadas, durante os 21 anos do regime militar.

A produção jornalística e as diferentes modalidades da escrita de si e do cotidiano, tais como correspondências e diários, constituem ricas fontes de

conhecimento histórico. Como lugares de memória (NORA, 1993)<sup>2</sup>, apresentam desafios à compreensão dos acontecimentos, mas por outro lado oferecem diferentes perspectivas sobre os eventos.

A escrita de Barbosa Lima Sobrinho no JB e sua correspondência pessoal despertam, assim, novas perguntas e interpretações: quais as estratégias empregadas pela sociedade civil para se fazer ouvir, durante a ditadura? O que expressam os artigos de Sobrinho, sujeitos a inflexões ao longo do tempo? Sobre o que ele escreve - e a respeito do quê silencia?

### **O “doutor Barbosa”**

Político, jornalista, historiador, acadêmico e advogado, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho destaca-se pela atuação marcante em múltiplas esferas da cena pública brasileira. Ao longo de 103 anos de vida, testemunhou os acontecimentos mais importantes da história do país no século XX, não apenas opinando sobre eles como homem de imprensa e intelectual, autor de mais de 40 livros, mas, sobretudo, engajando-se nas questões de seu tempo, no sentido descrito por Sirinelli (SIRINELLI, 2003).

Barbosa Lima Sobrinho construiu uma trajetória de homem público. Nascido em 22 de janeiro de 1897, em Recife, foi duas vezes deputado federal pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Pernambuco, além de membro das Assembleias Nacionais Constituintes de 1945 e 1987. Presidiu o Instituto do Açúcar e do Alcool; governou o estado de Pernambuco entre 1948 e 1951; foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e exerceu três mandatos como presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).



---

<sup>2</sup> A noção de lugar de memória compreende a construção histórica de um espaço impregnado do caráter revelador de relações, atores e processos sociais, sentimentos e interesses. Um lugar de memória que expressa sua tripla dimensão material, funcional e simbólica.



Desde os primeiros dias do regime militar instaurado no país em 1964, Sobrinho envolveu-se na luta política contra a censura e as medidas de exceção, atuando tanto na imprensa quanto no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (órgão colegiado criado naquele ano, vinculado ao Ministério da Justiça e do qual a ABI fazia parte).

Identificado pela sociedade brasileira como uma espécie de reserva moral do país, o “doutor Barbosa” era visto como uma autoridade a ser consultada para as questões mais importantes; o articulista das páginas dominicais de opinião no Jornal do Brasil; alguém, em suma, a quem recorrer – e escrever - em momentos cruciais.

Em 1973, o jornalista percorreu o país como candidato a vice-presidente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), compondo a chamada “anticandidatura” de Ulysses Guimarães à presidência da república, na eleição indireta que tinha o general Ernesto Geisel como candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena).

À frente da ABI ininterruptamente desde 1978, Sobrinho consolidou-se como referência em um conjunto de forças e movimentos sociais que, a partir da segunda metade da década de 1970, ingressou no crescente campo de luta pela anistia e a redemocratização no Brasil (ARAÚJO, 2006).

A defesa da liberdade de expressão, das causas nacionalistas, dos direitos civis e valores democráticos foi uma das marcas de sua vida pública. Entre 1983 e 1984, já octogenário, subiu em palanques como orador nos comícios realizados por ocasião da campanha das Diretas Já. Aos 95 anos de idade, foi dele a primeira assinatura firmada no pedido de *impeachment* de Fernando Collor de Mello, entregue à Câmara dos Deputados em 1 de setembro de 1992.

A atividade jornalística acompanhou-o até o fim de seus dias. O último artigo assinado por Barbosa Lima Sobrinho foi publicado na edição dominical do JB de 16 de julho de 2000, horas antes da morte do autor – o ponto final em uma produção de quase quatro mil artigos, veiculados semanalmente no periódico carioca durante 73 anos.

## O Jornal do Brasil: páginas de história

No dia 20 de abril de 1921, a coluna “Notas Sociaes” brindou os leitores do Jornal do Brasil com descrições detalhadas de banquetes e batizados. Em meio aos comentários sobre eventos frequentados pela alta sociedade, registrou: *“Vindo de Pernambuco, acha-se nesta capital o Sr. Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, advogado e jornalista na capital daquelle Estado. O nosso jovem e brilhante confrade, que já emprestou ao Jornal do Brasil a sua intelligente collaboração, é laureado da Faculdade de Direito do Recife”*. (Jornal do Brasil, 20/4/21).

Estabelecido no Rio de Janeiro havia poucos meses, Sobrinho começara naquele ano a escrever esporadicamente para o JB. A colaboração foi mantida dessa forma até 1927, quando ele passou a elaborar textos com regularidade e conquistou um espaço fixo para redigir seus artigos. Na ocasião, o periódico comemorava 36 anos de existência e, na edição de 12 de abril, orgulhosamente reproduziu as congratulações publicadas por outros jornais, como “A Pátria”:

Estampando o retrato do Dr Barbosa Lima Sobrinho, redactor principal do Jornal do Brasil, A Pátria assim se externou: (...) o Jornal do Brasil é uma expressão victoriosa do esforço e da mentalidade de seus directores, entre os quaes se destaca a nobre figura de seu actual secretário e redactor-chefe, Dr Barbosa Lima Sobrinho, que no jornalismo nacional occupa lugar de accentuado destaque. Intellectual, servido por uma forte cultura e um estylo cheio de elegancia, jornalista por temperamento, actuando em harmonia com o espirito dynamico do momento”. (Jornal do Brasil, 12/4/27).

Com o olhar atento e a pena elegante, Barbosa Lima Sobrinho havia conquistado prestígio junto à opinião pública e o reconhecimento de seus “confrades”. Trilhava uma bem-sucedida trajetória, desde cedo entrelaçada à do próprio diário carioca: contemporâneos, ambos nascidos na última década do século XIX, o Jornal do Brasil surgira apenas seis anos antes de Sobrinho, em 1891.

Nas primeiras décadas do século XX, o jovem jornalista representava o perfil típico de um “homem de imprensa” (BARBOSA, 2010): bacharel em Direito, dedicado às letras, deixa sua cidade natal munido de cartas de recomendação (prática corrente na época) para buscar uma tribuna nos periódicos da capital. Os jornais dominavam a cena intelectual e literária, gozando de grande prestígio e poder político - como genialmente descreveu o Isaiás Caminha de Lima Barreto, em 1909:

Veiga Filho acabou de ler a notícia no meio da sala, cercado de redatores e repórteres (...). Lembrei-me que amanhã aquilo ia ser lido pelo Brasil boquiaberto de admiração. Naquela hora, presenciando tudo aquilo, eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições, espécie complicada de tablado de mágica e espelho prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões. Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição (BARRETO, 2010).

Aos domingos, a página de opinião do JB publicava a seção “Coisas da Política”, onde Barbosa Lima Sobrinho tinha à disposição um espaço nobre. Ali estabeleceu seu território de cronista, redigindo artigos sobre o universo político nacional, mas também acerca de economia, literatura, esporte, cultura e os principais fatos da história brasileira e mundial, comentados ao longo de 73 anos.

Fundado no Rio de Janeiro em 9 de abril de 1891 por Joaquim Nabuco e Rodolfo de Souza Dantas, o JB traçou uma trajetória pontuada por altos e baixos financeiros, diferentes fases e proprietários, momentos de maior ou menor tensão com o poder. Por outro lado, esteve entre os jornais mais prestigiados pela opinião pública e foi responsável pela introdução de inovações gráficas e editoriais pioneiras na imprensa brasileira, como a criação de uma página ilustrada dedicada aos esportes, em 1912.<sup>3</sup>

Contou com grandes nomes da literatura nacional como colaboradores e notabilizou-se pelas colunas políticas: além de Barbosa Lima Sobrinho, escreveram

---

<sup>3</sup> Para uma descrição detalhada da trajetória do JB, conferir Barbosa, 2010; Ferreira e Montalvão, 2001.

para o jornal Alceu de Amoroso Lima (com o pseudônimo Tristão de Athayde) e Carlos Castello Branco, o Castellinho, importante articulista do JB durante 30 anos, entre outros.

Especialmente ao longo da década de 1950, o Jornal do Brasil vivenciou o processo de modernização que aportara às principais redações do país. Sob a influência norte-americana, as organizações jornalísticas adotaram o modelo empresarial capitalista de gestão, trazendo profundas mudanças não só ao processo de produção dos diários, mas ao fazer jornalístico em si.

Surgem novos padrões de produção discursiva baseados na valorização de um ideal de objetividade e de regras de redação: a notícia deve ser escrita segundo o modelo da pirâmide invertida, com lide, sublide, mantendo-se um distanciamento daquilo que é narrado, preferencialmente de modo impessoal.

Cada vez mais empenhado em construir um lugar institucional de fala autorizada acerca dos acontecimentos, o jornalismo procura romper com as esferas literária, política e opinativa que até então o dominavam, para consolidar sua autonomia como instância mediadora mais fidedigna entre os leitores e o real (RIBEIRO, 2000 e 2006; ABREU E RAMOS, 1996). Os espaços de opinião e de literatura, porém, não desapareceram: foram reconfigurados, diferenciados gráfica e editorialmente em relação aos gêneros informativos representados pelas reportagens e notícias.

Nos anos 1960, Jornal do Brasil e Correio da Manhã eram os matutinos mais importantes do país. Algumas das edições do JB ajudaram a escrever a antologia do jornalismo brasileiro. Um bom exemplo é a capa de 14 de dezembro de 1968, dia seguinte à decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), que discretamente estampava no alto da página uma sinistra previsão da meteorologia: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”.

A exemplo da maior parte da imprensa nacional, o posicionamento do JB durante o regime militar mostrou-se cambiável de acordo com o momento político.

Variou entre as críticas discretas, o repúdio às arbitrariedades pós-AI-5 (ocasião em que o jornal foi colocado sob censura prévia, entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969) - e o apoio à política econômica do governo Médici.

Mais tarde, o JB foi favorável à reabertura política e acabou por enfrentar um boicote econômico na gestão de Ernesto Geisel. Em 1981, o jornal recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo por denúncias sobre as investigações do atentado do Riocentro, ocorrido em 30 de março daquele ano.

As edições impressas do JB deixaram de circular em 2010, quando o jornal completou 122 anos imerso em grave crise financeira - e com uma tiragem diária que não ultrapassava os 20 mil exemplares. Hoje, o Jornal do Brasil existe somente em versão eletrônica, na internet.

### **A escrita jornalística e a memória da ditadura**

A luta pela independência nacional prossegue. Hoje lutamos contra o imperialismo norte-americano que também explora o nosso povo e saqueia nossas riquezas. E contra o exército particular dos Médici que tortura, mata e mutila revolucionários. Interpretando o sentimento de revolta do povo brasileiro, constituímos a Resistência Armada Nacional (Acervo Barbosa Lima Sobrinho).

Datada de 7 de setembro de 1972, a carta que comunicava o surgimento de uma organização clandestina de combate à ditadura faz parte da correspondência endereçada a Barbosa Lima Sobrinho por integrantes de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Um conjunto diversificado, mas com duas características em comum: o envolvimento em questões relacionadas aos direitos políticos e a expectativa de obter o apoio do jornalista às suas demandas, quem sabe até mencionando-as nos artigos do JB.

Intelectuais, parentes de pessoas desaparecidas, presos políticos e seus familiares escreveram ao jornalista. Repórteres encaminharam denúncias de censura contra órgãos de imprensa, movimentos sociais enviaram solicitações, assim como

associações de militares – estas, igualmente formadas tanto por indivíduos cassados pela ditadura como por apoiadores do regime.

A atenção e a produção jornalística de Sobrinho estiveram no centro de uma luta simbólica travada pelos autores dessas mensagens, empenhados em uma acirrada disputa por um porta-voz capaz de garantir visibilidade às suas causas. Um cenário de intensa mobilização política, ecoando diferentes vozes e forças atuantes no país, naquele momento.

Dono de um estilo culto e moderado, pontuado por referências literárias e históricas, Barbosa Lima Sobrinho redigia com clareza e costumava temperar suas linhas com doses de ironia - mas não era dado a discursos contundentes ou frases de efeito. Publicados na página dominical de opinião, os artigos passaram por poucas modificações gráficas entre 1964 e 1985: a diagramação variou entre duas e seis colunas de texto, o recurso da ilustração chegou a ser utilizado, porém não de forma contínua.

A diversidade temática, por outro lado, foi significativa tanto nos artigos como na correspondência do jornalista, o que torna sua produção textual um panorama revelador da dinâmica, das relações e dos debates presentes nos campos intelectual e social do país.

A cada artigo em que aborda assuntos ligados ao ambiente político da época, o velho redator e seus missivistas vão escrevendo, a várias mãos, capítulos da memória sobre tempos vividos em meio ao estado de exceção e à violência. Um bom exemplo é o texto intitulado “Uso e abuso da prisão preventiva”, publicado na edição do dia 16 de agosto de 1964, poucos meses após o golpe:

A declaração dos direitos do homem foi subscrita pelo Brasil, quando os vencedores acharam que o melhor meio de evitar o renascimento do fascismo seria garantir o reconhecimento universal dos direitos [...]. O direito de não ser arbitrariamente detido, preso, desterrado ou molestado por causa de suas opiniões. E o abuso da prisão preventiva, sem processo, sem defesa, sem julgamento público, compromete

menos os detentos que o sofrem do que o país que o admite. (Jornal do Brasil, 16/8/64).



Três anos depois, a escrita de Sobrinho registrava o acirramento do autoritarismo e das perseguições. Em 10 de julho de 1967, descreveu um clima político propício ao surgimento daquilo que denominou *“Um novo crime: o esquerdismo. Receio muito que o golpe militar de 31 de março venha a notabilizar-se, na história de nosso país, pela criação de uma figura criminal: o delito do esquerdismo”*.



Desde os primeiros anos da ditadura, o jornalista manteve o tom crítico ao abuso de poder. Como na coluna de 17 de julho de 1967, intitulada *“Limites do poder político no idioma”*, ao comentar o emprego dos termos *revolucionário* e *subversivo*: *“Um golpe de estado pode muita coisa. Duvido, porém, que consiga mudar o sentido dos vocábulos”*.

Nesse diálogo mediado pelas páginas do jornal, os artigos se sucedem, assim como as cartas, bilhetes e cartões na correspondência pessoal de Barbosa Lima Sobrinho. São registros do pulso acelerado de um país durante mais de duas décadas de embates - que vão assumindo diferentes feições ao longo do tempo, silenciando determinados temas enquanto outros ganham evidência.

À medida que a década de 1960 aproxima-se do fim, outras inflexões se fazem presentes tanto nas cartas como nos artigos, em uma nova fase do cenário político.

São tempos marcados pelo endurecimento do regime e das medidas repressivas, além da edição do AI-5 e dos protestos que ganham as ruas.

O momento ressoa na produção textual de Sobrinho, especialmente com uma série de colunas publicadas ao longo dos meses de abril, junho e julho de 1968. Nos textos “Compreensão como instrumento de governo” e “Exame de consciência”, critica a reação violenta das autoridades às manifestações após a morte do estudante Edson Luis. “Deus será brasileiro?”, questiona no título de um desses artigos, ao comentar a truculência policial utilizada para reprimir mais um protesto no centro da cidade.

A partir dos anos 1970, a correspondência de Sobrinho e sua escrita no JB passam a registrar com maior intensidade a ocorrência de perseguições e prisões políticas: o jornalista menciona listas de pessoas desaparecidas, comenta sobre as condições dos presídios e progressivamente aborda a questão da volta ao estado de direito, defendendo a adoção de um processo de distensão política.

Surge nos artigos o assunto que viria a se tornar a categoria temática dominante no discurso jornalístico de Barbosa Lima Sobrinho, persistindo em sua escrita até meados da década de 1990: a luta pela anistia.

### **Tempo de transição**

Na edição do JB de 8 de junho de 1975, os leitores de Sobrinho encontraram no artigo intitulado “Considerações em torno de um vocábulo” uma reflexão motivada pelo significado atribuído à palavra “distensão”, no ambiente político da época. Um ano e meio antes, Ernesto Geisel fora empossado na presidência e sinalizava à sociedade brasileira com uma perspectiva de abertura pretendida como gradual e segura. Na visão do jornalista, a distensão incluiria:

(...) uma restauração de liberdades, consagradas nos regimes democráticos. (...) Com a vigência das imunidades parlamentares e a supressão total da censura prévia, que constituem realmente privilégios, mas não dos parlamentares ou dos jornalistas, mas dos povos que os usufruem. Com o advento do Estado de Direito, tal como existe e se



prática nos países adiantados, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e tantos outros que, esses sim, contam com o privilégio de não possuírem exilados políticos em qualquer parte do mundo (Jornal do Brasil, 8/6/75).

A nova conjuntura configurou um crescente campo de luta, no qual organizações da sociedade civil e associações buscaram forçar o alargamento dos limites dessa transição democrática - um processo árduo e perigoso que se estenderia por mais de dez anos até 1985, marcado por avanços, recuos e muita violência de estado.



O fortalecimento de uma ampla frente de oposição em defesa das liberdades democráticas congregou partidos políticos, setores da esquerda, intelectuais e jornalistas, alas progressistas da igreja católica, movimento estudantil, movimento operário sindical (em fins dos anos 1970) e associações de profissionais liberais como ABI (com Sobrinho à frente), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), entre outros.<sup>4</sup>

O descontentamento com o regime e a urgência de conduzir o país rumo à redemocratização encontraram na campanha pela anistia sua máxima expressão. Mesmo que,

inicialmente, tal bandeira tenha enfrentado resistência por parte de segmentos da esquerda, contrários à ideia de um "perdão" concedido pela ditadura para atos que não consideravam errados, a mobilização (inclusive internacional) em torno da questão da anistia e da volta dos presos e exilados constituiu um marco da luta democrática brasileira.

<sup>4</sup> Para uma descrição detalhada, conferir Araújo, 2006.

E também da produção jornalística de Barbosa Lima Sobrinho: até meados da década de 1990, são inúmeros artigos dedicados à discussão sobre as perseguições políticas, o direito à nacionalidade para pessoas banidas pelo regime, a atuação de grupos e comitês em prol da anistia, a expectativa de que fosse “ampla, geral e irrestrita” e as limitações daquela que foi de fato obtida. Entre eles:

<b>ANO</b>	<b>DATA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TÍTULO</b>
1975	16/2	Cita lista de desaparecidos	Defesa dos direitos da pessoa humana
1975	25/5	Cita presídios políticos; metáfora com militares	O destino dos presos políticos
1975	8/6	Analisa “distensão” no contexto político	Considerações em torno de um vocábulo
1975	14/9	Cita anistia e direito à nacionalidade	Em torno da moda dos slogans
1975	5/10	Defende volta ao estado de direito	Liberdade de imprensa e estado de direito
1978	26/2	Critica banimentos e apátridas	À margem de uma nota ministerial
1978	9/4	Comenta distensão e critica ditadura	Direitos e não favores
1978	14/5	Cita mães e lideranças femininas pela anistia	Homenagem à mulher brasileira
1979	24/6	Critica banimentos	Anistia com grandeza
1979	30/9	Critica anistia parcial, cita doutrina católica	Jesus Cristo e a anistia
1979	5/8	Elogia anistia dada por Caxias	Caxias e a anistia aos balaios
1979	12/8	Elogia anistia dada por Caxias	No mês de Caxias
1979	19/8	Compara regime de então e a ditadura	Caxias e a anistia aos Farrapos
1980	23/11	Critica anistia e comenta militares punidos	Anistia para lembrar
1983	18/9	Defende anistia para excluídos pela lei	O caminho de uma verdadeira anistia
1985	27/10	Critica lei de anistia e militares excluídos	A anistia e seus problemas
1995	21/5	Avaliação sobre anistia	Reflexões em torno da anistia

Em 9 de abril de 1978, o jornalista descreve o clima de arbitrariedade e insegurança:

E o que deseja todo o povo brasileiro não são liberdades que venham com favores, mas liberdades que sejam consagradas como direitos (...). Hoje, não existindo o habeas corpus, basta alegar que se trata de um delito político e desaparecem todas as garantias (...). Delito político passa a ser tudo que a autoridade batize com esse nome. No estado de direito, a liberdade de imprensa, a ausência da censura prévia, a assistência do habeas corpus, a presença de um Poder Judiciário realmente independente e de um Poder Legislativo a salvo das palmatórias do recesso são direitos do cidadão e deveres da autoridade (Jornal do Brasil, 9/4/78).

Nas batalhas pela anistia, muitas trincheiras foram lideradas por organizações femininas. O texto de Sobrinho publicado no Dia das Mães registrou, em 14 de maio de 1978, uma “Homenagem à mulher brasileira” ao citar Branca Alves, Therezinha Zerbini, Regina von der Weid e Ruth Torres - chamadas por ele de “mães em luta” pelos filhos perseguidos, banidos, presos e exilados.

Outro segmento da sociedade teve suas demandas comentadas em artigos do jornalista: os militares punidos pela ditadura. Atuantes em diversas associações pelo país, milhares de integrantes das forças armadas que tiveram suas carreiras interrompidas após o golpe de 1964 enxergavam na anistia uma possibilidade concreta de reconhecimento de seus direitos - embora a aplicação da lei viesse acompanhada, na maioria dos casos, de frustração e revolta. Como registrou o artigo “Anistia para lembrar”, publicado em 23 de novembro de 1980.

Basta dizer que o número de anistiados não passa de 1.060, o que vale dizer não mais de 16% de todos os punidos. E desses anistiados, apenas 34 conseguiram retornar à ativa, nas corporações a que pertenciam (...). A anistia ampla do decreto de 1979 se está transformando, aos poucos, entregue às comissões que o interpretam e



executam, em reavivar acusações, transformando o perdão numa nova penalidade, embora a anistia seja menos perdão do que esquecimento (Jornal do Brasil, 23/11/80).

### **Sobre cartas e artigos de opinião: um diálogo possível**

Ao longo da elaboração da pesquisa, o estudo dos textos de Barbosa Lima Sobrinho sugeriu uma rota interpretativa a ser seguida, dentre uma gama de possibilidades diante da riqueza e magnitude do acervo disponível. A bordo dos artigos de opinião escritos durante os 21 anos de ditadura, o percurso de leitura foi orientado pelas palavras do velho homem de imprensa, porém teve como bússola a correspondência do próprio Barbosa.

Esse conjunto de documentos configurou um ambiente de disputa política e embates simbólicos bastante ilustrativo da complexidade das relações de força atuantes na sociedade brasileira, naquele momento. Um cenário de polarização de opiniões, bem como de difusão de representações veiculadas por meio da produção discursiva de diferentes agentes históricos, em torno da qual se organizaram múltiplos sentidos e interpretações.

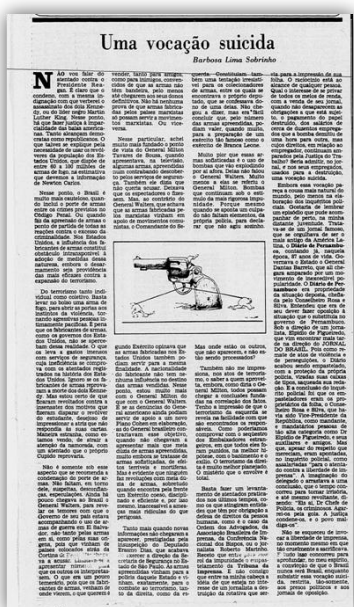
Em meio aos cartões, telegramas e mensagens que compõem a correspondência do jornalista, uma em particular parece ter repercutido na escrita dominical de Sobrinho nas páginas do JB. Trata-se de carta enviada por uma Associação dos Parentes dos Mortos na Luta pela Democratização do Brasil, datada de 25 de março de 1981. O documento apresenta uma relação com 43 nomes de pessoas que teriam sido mortas em várias cidades brasileiras, entre 1964 e 1979 - todas elas militares, *“no afã de garantir a ordem e preservar a Nação daqueles que assaltaram bancos, sequestraram e mataram, com o objetivo de levantar dinheiro ou libertar comparsas de ações criminosas ou terroristas”*. (Acervo Barbosa Lima Sobrinho).

Ao lado de cada nome, a carta descreve as circunstâncias de morte: estouro de aparelho, combate a agitadores e terroristas, choque com manifestantes de rua, entre outras. Ao remeter sua mensagem, o objetivo da associação é fazer justiça, pois *“a liberdade que o povo brasileiro hoje desfruta é devida, em grande parte, à luta desses*

heróis contra a subversão”. Pretensão semelhante à de outras entidades militares que também se sentiam prejudicadas - e reivindicavam anistia, por exemplo.

O que está em jogo, aqui, é uma concorrência pela imposição do significado “legítimo” de conceitos como democracia e terrorismo, um verdadeiro cabo de guerra no plano das representações e não apenas pela atenção de Barbosa Lima Sobrinho. Essa disputa não parece ter passado despercebida ao jornalista: na coluna do JB do dia 5 de abril de 1981 (apenas dez dias após a data da carta), comentou ironicamente, a propósito de uma apreensão de armas que supostamente serviriam a fins terroristas:

Tenho a impressão de que o terrorismo da esquerda se revela na facilidade com que são encontrados os responsáveis. Como poderíamos comprovar com os sequestros dos embaixadores estrangeiros, em que todos eles foram punidos, na melhor hipótese, com o banimento e o exílio. O terrorismo da direita é muito melhor planejado. O mistério que o envolve é total. (...) Basta fazer um levantamento de atentados praticados nos últimos tempos, como os que atingiram entidades (...) como a OAB, ABI ou Conferência Nacional dos Bispos (Jornal do Brasil, 5/4/81).



Barbosa Lima Sobrinho e seus missivistas se estabelecem, assim, como co-autores de um complexo processo de construção de narrativas históricas, ao mesmo tempo em que dão testemunho da luta política travada no país durante mais de duas décadas. A produção textual de Sobrinho e seu arquivo de correspondências constituíram uma outra frente de luta intensa, no âmbito intelectual e jornalístico.

Tais embates mobilizaram indivíduos “comuns”, pessoas de prestígio e organizações - diferentes atores sociais que, diante da impossibilidade de se manifestarem de forma democrática e livre, buscaram outros canais de expressão para fazer prevalecer suas demandas, visões de mundo e interpretações, na tentativa de

influenciar os rumos e as percepções dos acontecimentos. Uma estratégia para se fazer ouvir, em meio à censura e ao arbítrio.

A escrita jornalística e a correspondência de Barbosa Lima Sobrinho nos permitem ampliar a compreensão acerca dos acontecimentos e dos jogos de poder durante o regime militar, bem como sobre a sociedade brasileira naquele momento, lançando novos olhares sobre indivíduos em suas relações com outros, enquanto abriam os caminhos de reconstrução da ordem democrática brasileira.

### **Referências bibliográficas**

Acervo Barbosa Lima Sobrinho - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand, 1989.

DAUPHIN, Cécile; LEBRUN-PEZERAT, Pierrette e POUBLAN, Danièle. Une correspondance familiale au XIX siècle. In: *La lettre à la croisée de l'individuel et du social*. Paris: Kimé, 1994.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes e MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930, vol. 3*. Coord. ABREU, Alzira Alves de (et al). Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

GALVÃO, Walnice N.; GOTTIB, Nádia. *Prezado senhor, prezada senhora: um estudo sobre cartas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JORNAL DO BRASIL. Acervo/CPDoc JB - Detentor dos direitos patrimoniais. Consultado na Hemeroteca Digital Brasileira em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>

MOREL, Marco apud BARBOSA, Marialva. Prefácio. In: *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

NEVES, Lúcia M.B.P.; MOREL, Marco; BESSONE, Tânia (org). *História e imprensa: - Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

REIS FILHO, A.D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: *História e imprensa - Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de doutorado em comunicação. UFRJ/ECO, 2000.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1999.